

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





MP pede ao Judiciário suspensão das outorgas do Meia Ponte para garantir abastecimento à população

Para instituição, risco de falta de água é real e iminente. Entre as solicitações, está a aplicação de multas em caso de descumprimento da decisão

03/09/2019 - 08:30



Leito do Rio Meia Ponte abaixo do ponto de captação da Saneago, na Região Noroeste de Goiânia: baixa no nível da água, acentuada nas últimas semanas, deixa pedras aparentes (Foto: André Costa)

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) ajuizou, nesta segunda-feira (2), uma ação civil pública contra o Estado de Goiás, solicitando a suspensão, em caráter liminar, das outorgas de uso de recursos hídricos da Bacia do Rio Meia Ponte. O requerimento solicita que a medida seja tomada até que a vazão do Rio retorne ao nível de alerta menor ou igual a 6 mil litros por segundo. A suspensão diz respeito às atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de lazer e tem como exceção o abastecimento da população e dessedentação de animais. Na ação, o Estado está representado pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Segurança Pública (SSP).

O pedido do MP-GO é que a Semad autorize novas outorgas a montante da captação de Goiânia até que o nível de alerta retorne. Além disso, determina que as duas secretarias sejam responsáveis pela fiscalização diária, inclusive com aplicação das sanções legais cabíveis. No documento, os promotores avaliaram a situação hídrica na Bacia do Meia Ponte desde 2017. Com isso, ressaltaram algumas possíveis causas da crise atual a fim de exigir medidas mais duras para impedir a falta de água à população. Para o MP, este risco é real e iminente.

A ação é assinada pelos promotores de Justiça Maria Cristina de Miranda (área do Consumidor em Goiânia); Alice de Almeida Freire (área do Meio Ambiente em Goiânia); Élvio Vicente da Silva (Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia); Reuder Cavalcante Motta (Consumidor de Aparecida de Goiânia); Francisco Bandeira de Carvalho de Melo (Meio Ambiente de Trindade); Renata de Matos Lacerda (Consumidor e Meio Ambiente de Goianira), além do coordenador da Área de Meio Ambiente e Consumidor do Centro de Apoio Operacional, Delson Leone Júnior.



Caiado adianta que Estado fará mais parcerias com o Governo Federal

Postado em: 02-09-2019 às 18h50



Dayrel Godinho

Especial para O Hoje

Ronaldo Caiado (Democrata) disse nesta segunda-feira (2) que o convênio para a inauguração da Unidade Prisional de Planaltina é o primeiro de muitos que serão feitos com o Governo Federal e que a atuação da Força Nacional no Estado será muito importante para o deslocamento das forças policiais da capital para o Entorno.

Caiado adiantou que, em breve Goiás contará com a presença do Ministério da Saúde (MS), do Ministério da Educação (ME), do Ministério da Cidadania. Ele afirma que, a atuação em conjunto será para sentir a realidade das famílias da Região do Entorno do Distrito Federal, para realizarem políticas públicas de melhorias na vida das pessoas e para “tirar as pessoas da droga ou da criminalidade”.

“Nós tivemos a inauguração da penitenciária de Planaltina de Goiás. Temos outros contratos na área da saúde, mas a área da segurança pública nós sabemos a deficiência que nós temos e como assim nós recebemos mais presidiários no Estado? Não se faz uma mudança do dia para a noite”, respondeu Caiado.

O governador disse que está lutando dia e noite para aumentar as vagas com qualidade total de segurança. O que nós recebemos hoje foi uma Unidade Prisional que se tornou o quartel general das facções e das quadrilhas instaladas no Estado.

Com o apoio da Força Nacional, o governador acredita que Estado terá a condição de deslocar tropas e patrulhas para outras regiões com a chegada da Força Nacional na capital. Estamos avançando para unir as forças policiais do Governo de Goiás e do Governo do Distrito Federal, para a melhoria da segurança nesta região.

Em Planaltina, Caiado e Moro dizem que novo presídio permitirá isolar chefes de facções

Governador e ministro da Justiça participaram da inauguração de unidade penitenciária de segurança máxima e disseram que ela se encaixa em estratégia de combate à criminalidade

02/09/2019 - 19:00



Estratégia é de combate à criminalidade focada no isolamento de líderes de facções (Foto: Wildes Barbosa)

segunda-feira (2), o ministro da Justiça Sergio Moro e o governador Ronaldo Caiado (DEM) afirmaram que a nova penitenciária, de segurança máxima, se encaixa em uma estratégia de combate à criminalidade focada no isolamento de líderes de facções. Segundo os dois, a ideia é garantir que presos que hoje comandam organizações de dentro dos presídios não sejam mais capazes de fazê-lo.

“O Estado vai, paulatinamente, com melhores condições, exercendo um controle mais forte sobre os presídios e isso tem um reflexo muito claro porque muitas vezes pessoas que estão dentro das prisões acabam sendo responsáveis por ordens de cometimento de crimes fora”, declarou Moro, que também defendeu investimentos em presídios.

Para Caiado, as penitenciárias se transformaram “no quartel general dessas facções criminosas” e, por isso, é importante ter “controle real sobre esses presos”. “Essa penitenciária é modelo, dentro daquele molde mais atualizado que existe, com total segurança, para que as pessoas não venham, daqui de dentro, ficar determinando a violência lá fora, e nem muito menos a continuidade da prática da criminalidade.”

Conforme mostrou O POPULAR, a penitenciária foi inaugurada um ano após a previsão inicial e tem capacidade para 388 presos. Inicialmente, a obra custaria R\$ 17,6 milhões, mas envolveu recursos da ordem dos R\$ 30 milhões, ao final. Ele começou a ser construído ainda na gestão do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e é um dos cinco prometidos pelo tucano - dois deles, em Águas Lindas e Novo Gama, ainda não foram concluídos.



Caio Henrique
Salgado



Restrição a construções no Meia Ponte entra na pauta da CCJ da Assembleia

03/09/2019 - 05:00

Restrição a construções no Meia Ponte entra na pauta da CCJ da Assembleia

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa deve começar a discutir hoje um substitutivo de projeto de lei que impede o licenciamento ambiental de qualquer tipo de atividade a uma distância inferior a 300 metros das margens do Rio Meia Ponte. A proposta consta em relatório do deputado estadual Vinicius Cirqueira (Pros), que também prevê restrições para os 200 metros seguintes, definidos como “zonas de transição” destinadas a empreendimentos considerados de “baixo ou médio impacto ambiental”. O texto será apresentado como alternativa a projeto de Henrique Arantes (PTB) que estabelece um afastamento mínimo de 1.000 metros para os licenciamentos. A distância proposta pelo petebista estava vigente até maio e era regulamentada por decreto de 2001 que foi revogado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM).

Batido o martelo

Cristina Lopes (PSDB) será anunciada hoje como relatora da revisão do Plano Diretor na CCJ, que terá reunião extraordinária para iniciar a tramitação do projeto.